

A. I. N° - 918490-2/02
AUTUADO - MANA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - WALTER LÚCIO CARDOSO DE FREITAS
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 27/03/2003

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0082-03/03

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. DESTINATÁRIO COM INSCRIÇÃO CADASTRAL CANCELADA. Sendo as mercadorias destinadas a contribuinte em situação irregular no cadastro estadual, deve ser considerada como destinada a contribuinte incerto, devendo ser exigido o pagamento do imposto devido sobre as operações subseqüentes, quando do ingresso das mesmas no território deste Estado. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 20/07/2002, no qual se exige ICMS de R\$ 915,61 e multa de 60%, foi lavrado em decorrência da aquisição de mercadorias por contribuinte com a inscrição cadastral cancelada.

Em 15/07/2002, foi lavrado o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 107860, fl. 02.

O autuado, tempestivamente, ingressa com defesa, fls. 23 a 24, e aduz que tomou ciência do cancelamento de sua inscrição quando teve sua mercadoria apreendida, e que quando foi tentar esclarecer os fatos, o Auto de Infração já estava lavrado, sendo obrigado a assiná-lo, para que a mercadoria fosse liberada. Diz que admitido o engano do cancelamento da inscrição estadual, a Sefaz liberou a reativação da inscrição, regularizando o cadastro da empresa junto ao Estado. Informa que quando sua inscrição foi cancelada, estava funcionando normalmente, sendo alegado pelo preposto fiscal, que esta havia sido liberada sem a vistoria prévia do estabelecimento, mas que desde o momento do pedido de inscrição estadual, encontra-se no mesmo endereço. Pede a improcedência da ação fiscal.

O autuante presta informação fiscal, fl. 29, e relata que não consta que a reinclusão da empresa tenha sido feita de ofício, pela repartição fiscal, única hipótese prevista para o cancelamento indevido, conforme art. 174 do RICMS/97.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração em decorrência de aquisição de mercadorias por empresa com a inscrição cadastral cancelada no Estado da Bahia, de acordo com os documentos de fls. 5 e 6, emitidos em 15/07/2002.

O autuado alegou que estava funcionando normalmente, e que desde o momento do pedido de inscrição estadual encontrava-se no mesmo endereço.

O autuante ao prestar a informação fiscal destacou que não consta que a reinclusão da empresa no cadastro tenha se efetivado ex officio, ou seja, pela repartição fiscal, hipótese prevista no art. 174 do RICMS/97.

Ao analisar os documentos acostados aos autos, verifiquei que as Notas Fiscais nº 341957, 341956, 342000, foram emitidas em 10/07/2002, ocasião posterior à publicação do Edital de cancelamento da inscrição cadastral do autuado, no dia 05/05/2002.

No caso em análise, o contribuinte, destinatário das mercadorias, teve a sua inscrição cancelada, por iniciativa da repartição fazendária, ao ter indeferida sua inscrição, que fora liberada sem vistoria prévia, por tratar-se de microempresa, após a realização da vistoria para validação – “cancelamento na validação”.

Verifico que o cancelamento da inscrição foi precedido de intimação por Edital publicado no Diário Oficial do Estado, no qual foi fixado o prazo de 20 dias para a sua regularização, Edital nº 642013, de 08/05/2002, e cancelada através do Edital nº 522011, de 05/06/2002, em obediência ao parágrafo 1º do art. 171 do RICMS/97.

Ademais, a alegação defensiva, de desconhecimento do cancelamento da inscrição, não pode ser acatada, uma vez que a mesma foi publicada no Diário Oficial, e, portanto, presume-se legalmente que todos os interessados tenham sido cientificados de seu conteúdo.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 918490-2/02**, lavrado contra **MANA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 915,61**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de março de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR